



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

### COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO

#### Requerimento nº /2013 (Do Sr. João Campos)

**Requer a visita de membros da CSPCCO ao Complexo Penitenciário Público-Privado em Ribeirão das Neves, Minas Gerais.**

**Senhor Presidente,**

Requeiro, nos termos regimentais, e de acordo com Ato da Mesa nº 125 de 27/06/2002, que sejam ouvidos os membros da Comissão, para que seja realizada visita de membros da CSPCCO ao novo e moderno Complexo Penitenciário em Ribeirão das Neves, Minas Gerais e conhecer as tecnologias de segurança ali adotadas e a exitosa Parceria Público-Privada. Requeiro ainda que seja convidado o Secretário da Defesa Social de Minas Gerais para expor informações e dados acerca dessa exitosa parceria.

#### **JUSTIFICATIVA**

Minas Gerais inaugurou o primeiro complexo penitenciário do Brasil construído e administrado por empresas particulares. Anunciado pelo governo mineiro como resultado de um “modelo inédito de parceria público-privada (PPP)” na América Latina, o complexo está localizado em Ribeirão das Neves, região metropolitana de Belo Horizonte, com custo de R\$ 280 milhões a cargo do grupo responsável pelo complexo. A cifra investida contempla também o treinamento e a capacitação dos monitores, que serão contratados pelo consórcio.



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

Pelo projeto original, o Complexo Penitenciário Público-Privado terá capacidade para receber 3.040 detentos do sexo masculino. A primeira das cinco unidades já está pronta. A previsão é que as quatro restantes sejam concluídas até dezembro deste ano. Esta manhã, os primeiros dos 608 presos do regime fechado que ocuparão a Unidade I começaram a ser transferidos, sob um esquema especial de segurança.

De acordo com a Secretaria Estadual de Defesa Social, o governo mineiro se inspirou na experiência de outros países, como a Inglaterra, para assinar a parceria com o consórcio Gestores Prisionais Associados (GPA), ganhador da licitação em 2008. Ainda segundo a secretaria, as cinco empresas que compõem o consórcio (CCI Construções, Construtora Augusto Velloso, Empresa Tejofran de Saneamento e Serviços Ltda, N.F Motta Construções e Comércio e Instituto Nacional de Administração Prisional) têm comprovada experiência na construção e administração de presídios, dispendo da “mais alta tecnologia de segurança”.

Além de construir a penitenciária, o consórcio vai administrar pelos próximos 25 anos e vai receber, por cada preso, R\$ 2,7 mil mensais. O custo médio por detentos de outras unidades prisionais é R\$ 2,8 mil, de acordo com a secretaria. Em contrapartida, o consórcio terá que atender a indicadores de desempenho definidos pelo governo estadual, entre eles, impedimento de fugas e rebeliões. Em eventual ocorrência de um desses casos, o valor pago ao consórcio sofrerá desconto. Tanto a manutenção das unidades prisionais quanto a execução de serviços como fornecimento de refeições, uniformes, atendimento à saúde e assistência jurídica aos detentos será de responsabilidade do consórcio. A segurança interna ficará a cargo de funcionários contratados pelo grupo, e agentes penitenciários do estado cuidarão do entorno da unidade.

Das cinco unidades do complexo, duas abrigarão 1.824 presos condenados ao regime fechado e duas, 1.216 detentos do semiaberto. De acordo com a secretaria, exceto em casos excepcionais, a penitenciária será ocupada por presos transferidos de outros presídios da região que estejam aptos e dispostos a trabalhar e estudar, como forma de ressocialização.



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

Um dos itens do contrato de parceria estabelece que a GPA não poderá obter lucros com o trabalho dos presos. Como prevê a legislação, os detentos receberão três quartos do salário mínimo por uma jornada de cinco dias, de seis horas de trabalho. Oito empresas de confecção de móveis, calçados, refrigerantes e de uniformes já manifestaram à secretaria interesse em instalar galpões no interior da penitenciária.

A secretaria aponta entre as vantagens do modelo a possibilidade de, além de permitir a ressocialização dos presos, garantir maior segurança aos funcionários. A proposta é que não haja mais de quatro presos por cela, montada com piso de placa de aço entre duas camadas de concreto que, juntas, totalizam 29 centímetros de cimento.

O complexo terá 1.240 câmeras de vigilância. Um sistema de sensores também acionará um alarme sempre que alguém ultrapassar as áreas de livre circulação. Os agentes não terão contato com os presos, já que as grades das celas serão abertas e fechadas eletronicamente. Inicialmente, a unidade não vai contar com aparelhos capazes de bloquear os sinais de celulares.

Importante se faz que membros da CSPCCO possam conhecer essa parceria pública privada de unidades prisionais desenvolvidas pelo estado de Minas Gerais.

Sala das Comissões, de 2013.

**JOÃO CAMPOS**  
**Deputado Federal**